

RESUMO EXPANDIDO - EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E JUSTIÇA SOCIAL

DAR NOME AO QUE FERE: NOMEAÇÃO E ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIAS ESTRUTURAIS ESCOLARES

Maria Eduarda (maria.goees31@gmail.com)

Agatha Letícia De Carvalho Santos (agathicia@gmail.com)

Flávio Rian Costa Monteiro (flaviorianc10@gmail.com)

Gabriela Nascimento Neirão (gabrielanascimento117@gmail.com)

Nicole De Moraes Oliveira (nik.nikoly10@gmail.com)

Profª.Dra. Bárbara Araújo Sordi (BARBARASORDI@famaz.edu.br)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito da disciplina de Projeto Integrador IV, em conjunto com a disciplina de Psicologia Escolar e Processos Educativos e a disciplina de Diversidade e Inclusão social, do curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana da Amazônia UNIFAMAZ, o trabalho tem como tema as violências estruturais no espaço escolar. Tais violências representam formas de opressão, discriminação e silenciamento de grupos minoritários ou marginalizados da sociedade, como pessoas com deficiência, pessoas negras, LGBTQIA+, mulheres e pessoas acima do peso. De acordo

com Hooks (2013), a importância de combater as violências estruturais no contexto educacional se faz necessária para possibilitar um ambiente seguro e igualitário, que tenha como base o respeito e a inclusão de todos os indivíduos, considerando suas individualidades e especificidades, como sexualidade, cor da pele, orientação sexual ou deficiência. O enfrentamento dessas violências é essencial para garantir o direito à educação de forma efetiva, promovendo um espaço escolar onde a diversidade seja respeitada e valorizada. Esse olhar ajuda a perceber como o ambiente escolar precisa estar preparado para acolher cada pessoa em sua totalidade. Segundo Almeida (2019), as violências estruturais como racismo, capacitismo, LGBTfobia, gordofobia e misoginia não se manifestam apenas em comportamentos individuais, visto que essas práticas e normas, que regem o pensamento da maioria dos cidadãos brasileiros, estão enraizadas na sociedade devido ao seu contexto histórico. Desse modo, promover a inclusão e conscientização na escola vai além de ações isoladas, exigindo uma mudança no modo como a sociedade enxerga e lida com as diferenças.

OBJETIVO

O trabalho tem como objetivo promover uma ação de conscientização e ampliação do conhecimento sobre as violências estruturais vivenciadas na sociedade e no ambiente escolar, voltada para os discentes do 6º ano de uma escola pública. A proposta visa contribuir para a prevenção e, possivelmente, o enfrentamento da reprodução dessas violências no contexto educacional.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido com base em uma abordagem qualitativa e teve como propósito promover um espaço de interação grupal no ambiente escolar para discentes do 6º ano do ensino fundamental. A proposta foi fundamentada nos aportes teóricos de Vygotsky (1989), que enfatiza a importância das interações sociais no processo de aprendizagem. Assim, buscou-se proporcionar um momento de interação com o objetivo de favorecer aos estudantes a identificação, nomeação e reflexão sobre as violências estruturais presentes no cotidiano escolar. É importante destacar que essas violências, muitas vezes nomeadas genericamente como “bullying”, incluem manifestações

como racismo, capacitismo, LGBTfobia, gordofobia e misoginia. O primeiro momento da metodologia consistiu no diagnóstico realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. Freitas, em 12 de março de 2025. Iniciamos com uma conversa com a equipe escolar, apresentando o ofício e os objetivos da intervenção. Essa etapa teve como finalidade conhecer o espaço, dialogar com os profissionais e entrevistar a psicóloga da instituição. Com isso, foi possível entender o papel do psicólogo no contexto escolar e compreender as vivências dos estudantes, além de como as violências estruturais se manifestavam no ambiente.

Ademais, a intervenção foi organizada em três etapas, realizadas no dia 21 de maio de 2025 pela manhã. A primeira etapa consistiu na apresentação introdutória do tema, conduzida por duas discentes, para despertar o conhecimento prévio dos estudantes sobre as formas de violência conhecidas ou vivenciadas. Foi utilizado um quadro como recurso visual, com explicações conceituais, dados e legislações. Já na segunda etapa, ocorreu a atividade prática da intervenção por meio de uma dinâmica interativa em formato de jogo, com o objetivo de estimular a participação ativa e promover reflexão crítica entre os discentes. Esse processo foi conduzido por uma aluna que realizou a explicação geral, enquanto os demais integrantes, organizados em duplas, atuaram como facilitadores nos grupos. Sendo importante mencionar que a turma foi dividida em cinco grupos, e cada um recebeu uma tabela com uma violência específica e cartas com frases, situações e imagens ilustrativas, além de que cada tabela era identificada por uma cor distinta, facilitando a associação entre conteúdos e temas.

Posteriormente, aconteceu a terceira e última etapa que foi dedicada à reflexão coletiva e à sistematização dos aprendizados. Os grupos compartilharam suas respostas e, em diálogo com as orientadoras, analisaram as escolhas realizadas. Ao final, foi apresentado um quadro com a resolução da atividade, seguido de uma conclusão que consolidou os conteúdos abordados. Por fim, como forma de incentivo e valorização da participação, foram entregues brindes aos discentes.

DISCUSSÃO

A intervenção psicossocial revelou-se bastante significativa em termos de participação, engajamento e alcance dos objetivos propostos. Ao longo das três etapas da atividade, foi possível observar diversos elementos que reforçam a importância de abordagens lúdicas e dinâmicas coletivas na construção de consciência crítica sobre violências estruturais.

Logo no início da roda de conversa, houve um momento de excitação e atropelamento nas falas entre os alunos, o que era esperado pelo nosso grupo. No entanto, mesmo com essas dificuldades iniciais de escuta, os estudantes se mostraram bastante participativos e interessados. Muitos levantaram a mão para falar, trouxeram exemplos do que já vivenciaram ou ouviram falar. Um dos destaques foi o comentário do aluno João - "Misoginia é quando pratica violência contra as mulheres" - demonstrando conhecimento prévio sobre o tema. Outra situação relevante foi a análise feita pelo grupo que discutia o capacitismo. A aluna Sofia, ao justificar as escolhas do grupo, expressou de maneira sensível e crítica:

"Pessoas com deficiência são desencorajadas, as pessoas acham que elas não são capazes de fazer aquilo e que não tem a mesma força que outro ser humano tem (...). As pessoas com diagnóstico ou deficiência merecem um tratamento específico."

A atividade foi finalizada com a apresentação das respostas corretas e a entrega de brindes como forma de reconhecimento simbólico pela participação dos alunos. Considera-se que a metodologia adotada atingiu os objetivos propostos, ao promover a identificação, nomeação e diferenciação de formas de violência estrutural, estimular reflexões críticas a partir das vivências dos estudantes e favorecer a interação grupal de maneira lúdica. Além disso, a realização bem-sucedida da intervenção evidencia que é possível abordar temas sociais relevantes com crianças e adolescentes, desde que haja uma adaptação adequada da linguagem e a utilização dos conhecimentos adquiridos em Psicologia Escolar.

CONCLUSÃO

As escolas brasileiras enfrentam diversos desafios ao abordar temas como diversidade sexual, racismo e capacitismo, sendo um dos principais a resistência sociocultural e política, alimentada por movimentos conservadores que dificultam a inclusão de conteúdos relacionados a identidade racial, gênero, sexualidade e acessibilidade nos currículos e materiais didáticos. A escola é e deve ser um espaço fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes e, nesse contexto, surgem diversas oportunidades para a construção de práticas que estimulem a convivência respeitosa, a equidade e a valorização da diversidade.

Por isso, investir em estratégias de intervenção significa não apenas melhorar o clima escolar, mas também contribuir para a formação de cidadãos mais críticos, empáticos e preparados para atuar na sociedade de maneira ética e responsável, conforme propõe Paulo Freire (1996), ao afirmar que a educação deve ser um ato político de transformação da realidade.

Para a psicologia, é imprescindível uma visão e prática crítica, a fim de que coopere para promover saúde mental, equidade e inclusão. Sendo este um dever, um pilar para se cumprir uma psicologia comprometida com a sociedade e o bem estar comum, como diz Yamamoto (2007), que defende um engajamento maior da psicologia com a escola e sua realidade social, visando assim uma entrega maior nesta área tão necessitada de um olhar atencioso e que fortaleça sua comunidade como um todo. Diante disso, é de extrema urgência uma criticidade dentro da psicologia voltada para a área escolar, assumindo uma posição como um agente de transformação na realidade educacional do Brasil, com o intuito de promover um bem-estar social, através da justiça, inclusão e da equidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

YAMAMOTO, Oswaldo H. Psicologia escolar e compromisso social: da crítica à reconstrução. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 27, n. 4, p. 632-645, 2007.

Palavras-chave: violências estruturais; nomeação; bullying ; diversidade.